



## PARTE D

### TRIBUNAL DA COMARCA DE ALCANENA

**Anúncio n.º 3302/2010**

**Processo n.º 527/09.9TBACN-C**

**Prestação de contas de administrador**

Administrador da Insolvência: Jorge Calvete.  
Insolvente: Armindo & Jonh, L.<sup>da</sup>

A Dr.ª Raquel Patrícia Rocha de Matos Rolo, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a/o insolvente Armindo & John, L.<sup>da</sup>, NIF 502073543, Endereço: Rua do Cabeço Redondo N.º 136, Gouxaria, Alcanena, 2380, Alcanena.

Notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 do CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

24-03-2010. — A Juíza de Direito, Dr.ª Raquel Patrícia Rocha de Matos Rolo. — O Oficial de Justiça, Ana Maria.

303081915

**Anúncio n.º 3303/2010**

**Processo: 147/10.5TBACN  
Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)**

**Referência: 705485**

Insolvente: Otti-Organizações Turísticas e Imobiliárias, L.<sup>da</sup>

No Tribunal Judicial de Alcanena, Secção Única de Alcanena, no dia 30-03-2010, 15:17 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Otti-Organizações Turísticas e Imobiliárias, L.<sup>da</sup>, NIF — 501625194, Endereço: Estrada de Minde, Mirão, 2485-000 Mira de Aire, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Maria Adelaide Lopes Pessegueiro Carreira a quem fixado o domicílio na Rua Principal, n.º 64- Vale da Serra- 2350-233- Pedrogão -Torres Novas e

Maria Salomé Azedo Temudo Gonçalves, a quem é fixada a residência na Rua Principal n.º 148- Vale da Serra- 12350- 233-Pedrogão.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Jorge Calvete, NIF — 210771798, Endereço: Jorge Calvete, Av. Vitor Gallo, Lote 13, 1.º Esq., Marinha Grande, 2430-202 Marinha Grande. a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter Pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que dispõemham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes; A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 07-06-2010, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE). Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

#### Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

Data: 30-03-2010. — O Juiz de Direito, Dr.ª Cristiana da Silva Jorge. — O Oficial de Justiça, Ana Maria.

303115221

### 3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ALCOBAÇA

**Anúncio n.º 3304/2010**

**Processo de Insolvência n.º 382/10.6TBACB**

Insolvente: Margarida Fialho Firme.

No Tribunal Judicial de Alcobaca, 3.º Juízo de Alcobaca, no dia 18-03-2010, pelas 19.30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora:

Margarida Fialho Firme, estado civil: solteira, nascida em 14/02/1981, natural de Nazaré, NIF 224069284, titular do BI n.º 11841853, residente em Rua dos Frades, n.º 6, Algarão, 2475-011 Benedita, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Dr. Jorge Manuel e Seíça Dinis Calvete, Endereço: Av. Victor Gallo, Lote 13 — 1.º Esq., 2430-202 Marinha Grande.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36.º-CIRE). Para citação dos credores e demais interessados, correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE). Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 11-05-2010, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE). Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Alcobaça, 24 de Março de 2010. — A Juiz de Direito, *Dr.ª Rita Coelho Santos*. — O Oficial de Justiça, *Maria Armanda Tanqueiro*.

303074496

## TRIBUNAL DA COMARCA DE ARGANIL

**Anúncio n.º 3305/2010**

**Processo de prestação de contas (liquidatário)  
n.º 153/04.9TBAGN-G**

Falida: Sasimac- Indústria de Confecções, L.ª, com sede em Arganil.

A *Dr.ª* Mónica Bastos Dias, Juíza de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a falida, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo Liquidatário (Artigo 223.º, n.º 1 do C.P.E.R.E.F.).

Data: 19-03-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Mónica Bastos Dias*. — O Oficial de Justiça, *António Augusto F. Henggeler*.

303055477

## TRIBUNAL DA COMARCA DO BAIXO VOUGA

Juízo de Comércio de Aveiro

**Anúncio n.º 3306/2010**

**Insolvência Pessoa Colectiva (Requerida)  
Processo 960/06.8TB AVR**

Referência: 7254914

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Rogério Moreira, L.ª, NIPC — 503.439.649, sede: Rua Direita, 129 — Quinta do Picado — Aradas — 3810 Aveiro; Administradora da Insolvência: *Dra. Alexina Vila Maior*, endereço: Rua Conselheiro Luís de Magalhães, 64 — 4.º AF — 3800.239 Aveiro.

Ficam notificados todos os Interessados, de que, por Decisão de 24-03-2010, o processo supra identificado foi encerrado. A decisão de encerramento do processo foi determinada por: Realização do rateio final (artigo 230.º, n.º 1, alínea *a*) do CIRE).

Aveiro, 25-03-2010. — A Juiz de Direito, *Dr.ª Amélia Sofia Rebelo*. — O Oficial de Justiça, *Paulo Jorge Duarte*.

303078813

## 1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BEJA

**Anúncio n.º 3307/2010**

Processo: 189/09.3TB BJA

Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

N/Referência: 1709374

Data: 10-03-2010

Insolvente: Olé Tours, L.ª

Suplente Com. Credores: A Caixa Economica Montepio Geral e outro(s)...

Olé Tours, L.ª, NIF — 504536818, Endereço: Avenida Miguel Fernandes, 45, Beja, 7800-396 Beja

Administrador: Agostinho Ribeiro de Matos, Endereço: Rua João Ortigão Ramos N.º 15- 5.º Dtº, 1500-361 Lisboa

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência da massa insolvente.

Efeitos do encerramento: artigo 230.º n.º 1 alínea *d*) e 232.º n.º 2 do CIRE.

10-03-2010. — O Juiz de Direito, *Dr.ª Ana Reis Baptista*. — O Oficial de Justiça, *Custódia Conceição Horta Rosa*.

303013697

## 1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA

**Anúncio n.º 3308/2010**

**Processo: 8059/09.9TB BRG  
Insolvência pessoa colectiva (Requerida)**

N/Referência: 7843689

Requerente: Carnes Carneiro — Francisco Alves Carneiro, L.  
Insolvente: Dipizze — Distribuição Alimentar, L.ª.

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Dipizze — Distribuição Alimentar, L.ª, NIF — 504138545, Endereço: Largo Senhor dos Aflitos, n.º 2 1.º Esq. Sala 3, S. José de S. Lazaro, 4710-261 Braga

Administrador da Insolvência *Dr. Francisco José Areias Duarte*, Endereço: Rua Duques de Barcelos, n.º 6, 2.º Andar, Sala 3, Apartado 51, 4750-264 Barcelos.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência de bens, nos termos do disposto no art.º 39.º/7, alínea *b*) do CIRE.